

Sumário

Introdução.....	1
1. A Busca de um meio ambiente equilibrado, sob a perspectiva de um Estado de Direito.....	5
1.1 A crise do meio ambiente equilibrado.....	5
1.2 Do Estado de Direito ambiental ao Estado de Direito para a natureza.....	18
1.3 A Justiça Ambiental como decorrência do Estado de Direito	35
2. O Acesso à Justiça por meio da Defensoria Pública.....	51
2.1 As concepções de Acesso à Justiça.....	51
2.2 A evolução normativa do Acesso à Justiça no Brasil.....	69
2.3 Peculiaridades normativas da Defensoria Pública no Brasil	87
3. As Funções institucionais da Defensoria Pública: a evolução do individual ao solidário.....	105
3.1 A influência do paradigma solidarista nas funções institucionais da Defensoria Pública.....	105
3.2 A Defensoria Pública e a atuação na esfera ambiental.....	121
3.3 A função institucional de difundir e conscientizar da Defensoria Pública	139
4. A Possibilidade de a conscientização da cidadania promovida pela Defensoria Pública realizar a proteção do meio ambiente equilibrado.....	157
4.1 A conscientização como meio para a proteção do meio ambiente.....	157
4.2 O panorama da Defensoria Pública no Brasil.....	173
4.3 A possibilidade de a Defensoria Pública realizar uma conscientização ambiental jurídica	188
Conclusão	205
Referências	213